



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

## PARECER JURÍDICO

**AO PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 065, DE 10 NOVEMBRO DE 2025.**

**AUTORIZA A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE SERVIDOR PARA ATENDER NECESSIDADES TEMPORÁRIAS E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 244 E SEQUINTE DA LEI MUNICIPAL Nº 042/1993.**

O presente projeto foi apresentado para análise Legislativa e visa conforme artigo. 1º autorizar o Poder Executivo Municipal a contratar emergencialmente e por excepcional interesse público, 02 (duas) TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de até 40 horas semanais, e vencimento mensal de R\$ 3.020,03, para a carga horária máxima, e com atribuições constantes no Anexo I da Lei Municipal nº 070 de 29/11/1993; e 1 (um) ODONTÓLOGO, carga horária de até 20 horas semanais, para atender necessidades temporárias e de excepcional interesse público, com vencimento bruto mensal de R\$ 6.604,87, para a carga horária máxima e com atribuições constantes na Lei Municipal nº 070 de 29/11/1993.

O projeto especifica que os contratos farão jus às vantagens estabelecidas no Art. 247 da Lei Municipal nº 42 de 29 de junho de 1993, e aos reajustes concedidos nos vencimentos dos demais Servidores Públicos Municipais, bem como, terá vigência pelo prazo de 01 ano podendo ser prorrogado.

**QUANTO A COMPETÊNCIA,** o projeto é de matéria de competência do Município conforme disposto no Art. 30. Da Constituição Federal.

Art. 30. Compete aos Municípios:  
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Também, a Lei Orgânica Municipal em seu artigo Art. 41 estabelece que:

**Art. 41. São de iniciativa privativa do Prefeito, os Projetos de Lei e emendas à Lei Orgânica que disponham sobre:  
I - criação, alteração e extinção de cargo, função ou emprego do Poder Executivo e autarquias do Município;**

Feitas estas considerações sobre a competência e iniciativa a assessoria é favorável a regular tramitação do projeto de lei em comento

**QUANTO A LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE,** a Constituição Federal de 1988 no art. 37, IX, em caráter excepcional determina que:



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

**Art.37, IX-** a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; dessa forma a contratação temporária configura exceção, sendo necessária sua regulamentação na forma da Lei.

Nesse sentido, os artigos 244 e seguintes da Lei Municipal nº 042 de 29 de junho de 1993 autorizam a contratação temporária. Conforme Disposto:

**Art. 244.** Para tender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado.

**Art. 245.** Considera-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público, as contratações que visam a;

**I –** atender a situação de calamidade pública;

**II –** combater surtos epidêmicos;

**III –** atender situações de emergência;

**IV –** e outras que vierem a ser definidas em lei própria.

•

Inciso IV regulamentado pela Lei Municipal nº 848, de 24-04-2012

**Art. 246.** As contratações de que trata este capítulo terão dotação orçamentária específica.

**Art. 247.** Os contratos serão de natureza administrativa, por prazo determinado, ficando assegurados os seguintes direitos ao contratado.

Desta feita, cabe referir os seguintes tópicos:

1) Do ponto de vista formal, o projeto atende a técnica legislativa.

2) Quanto a competência, o parecer é favorável

3) A contratação preenche os requisitos do Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e 244 e seguintes da Lei Municipal nº 042/93- Regime Jurídico, ou seja, autorização legislativa, ter os vencimentos estabelecidos em lei, a determinação do regime jurídico ao qual os cargos serão submetidos, o prazo de contratação, e a forma de seleção dos contratados.

Estão presentes os critérios da emergencialidade e excepcional interesse público, tendo em vista as justificativas apresentadas de que contratação emergencial busca substituir os profissionais cujos contratos se encerraram, assegurando a manutenção e continuidade das ações e programas de saúde pública, de forma eficiente e ininterrupta.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA**

Em face ao exposto, O PARECER desta Assessoria Jurídica é FAVORÁVEL a regular tramitação do projeto.

Barra Funda, 11 novembro de 2025

---

Jaqueli da Silveira  
Assessora jurídica/OAB RS 86.539